

Denilson Brandão Martins

JANGO, DO GOVERNO AO GOLPE:

Debates historiográficos

Belo Horizonte

12 de Dezembro 2011

Denilson Brandão Martins

JANGO, DO GOVERNO AO GOLPE:

Debates historiográficos

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História e Culturas Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título. Orientadora: Profa. Dra. Juniele Rabêlo de Almeida.

Belo Horizonte

12 de Dezembro 2011

Resumo

O trabalho analisa, a partir dos debates historiográficos, o governo João Goulart e o golpe de 1964. Observa-se o desgaste acentuado do seu governo frente às reformas de base, o crescimento da esquerda revolucionária no Brasil, as turbulências ocorridas nas três casas das Forças Armadas e o descontentamento dos conservadores. Os trabalhos historiográficos sobre os antecedentes do movimento de 1964 são numerosos; destacando-se os estudos de: Otávio Ianni (1971), Moniz Bandeira (1978), René Dreyfus (1981), Florestan Fernandes (1981), Caio Navarro de Toledo (1981), Thomas Skidmore (1982), Heloisa Starling (1986), Argelina Figueiredo (1993), Jorge Ferreira (2001, 2011), Lucília de Almeida Neves Delgado (2004), Rodrigo Patto Sá Motta (2004) e Carlos Fico (2004). O período do governo João Goulart à implantação de um regime autoritário no Brasil estimulou a produção de inúmeras interpretações sobre a dinâmica da História, perpassando as discussões sobre anticomunismo e antipopulismo.

Sumário

Introdução.....	05
1. A posse de Jango e o parlamentarismo no Brasil.....	07
2. O plebiscito de 1963: A volta do presidencialismo e o cenário Nacional.....	13
3. Análise dos dias anteriores do golpe civil militar.....	19
4. Considerações finais.....	29
Referências Bibliográficas.....	32
Anexo 1 . Carta da posse de João Goulart.	36
Anexo 2 . Comunicado da Presidência da República.	37

Introdução

Em 1964, o governo do Presidente João Goulart - que havia assumido a presidência em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros - vivia momentos de intensa crise institucional. As reformas de base propostas pelo governo eram consideradas radicais. As elites, para não perder seu *status quo*, passaram a conspirar para a deposição do Presidente. Por outro lado, o Alto Comando das Forças Armadas mostrava-se preocupado com as reivindicações dos militares subalternos (soldados, cabos e sargentos), consideradas como desrespeito aos princípios de hierarquia e disciplina militares, supostamente apoiadas e “acobertadas” pelo presidente. Esses fatos eram o máximo que as elites civis e militares estavam dispostas a “tolerar” e, a partir de meados do mês de março de 1964, colocaram em prática o plano articulado desde 1961, para depor o Presidente João Goulart. A partir desse contexto é possível problematizar: quais transformações históricas foram processadas no Brasil desde o início da década de 1960, que podem ser direta ou indiretamente relacionadas à eclosão do golpe de 1964? Como a historiografia abordou tais transformações?

Para o autor Jorge Ferreira¹ em “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”, Jango foi um populista de pouco sucesso não se tornando uma unanimidade dentro das diversas correntes populares de esquerda no Brasil. Não trazia segurança para os movimentos estudantis e correntes sindicais. As Ligas Camponesas consideravam Jango não um político ligado aos conservadores e defensor de políticas monetárias para benefício dos próprios e, sim, de banqueiros e latifundiários do Brasil que representavam a grande classe econômica brasileira.

Moniz Bandeira² em sua obra “O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964” afirma que o deputado Leonel Brizola, “aliado” de Goulart, defendia a reforma agrária no papel ou se necessário na marra. Seu vínculo político com presidente não teve uma definição concreta. Num certo momento, Goulart esteve ligado as correntes dos conservadores, tentando adquirir prestígio e força no Congresso, principalmente no instante aonde pleiteava a volta do regime presidencialista que daria a ele uma maior força para executar tais projetos, julgados como necessários para o Brasil. Mesmo João Goulart dizendo

¹ FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

² BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EDUNB, 1978.

que “o parlamentarismo limitava suas forças e era um atraso para o País”³ ele governou sobre este regime até o Plebiscito de janeiro de 1963.

O autor Thomas Skidmore⁴, no livro “*Brasil: De Getúlio a Castelo*”, analisa a indiferença da figura de Jango dentro das Forças Armadas. Esse autor justifica o crescimento do processo conspirador contra Goulart. Moniz Bandeira⁵ também afirma que a conspiração tornava-se um movimento crescente no país, desde o segundo governo de Getúlio Vargas. Situação também analisada por Lucília de Almeida Neves Delgado⁶ que observa o aparecimento de várias associações de subordinados das Forças Armadas ligadas ao partido de esquerda que podemos considerar com idéias revolucionárias.

Estes movimentos não foram tratados com bons olhos pelos Generais do Governo de Goulart que exigiram do Presidente medidas para que o prestígio destas associações diminuísse e que a hierarquia na corporação fosse respeitada e preservada. Algo que Jango não fez com tanto êxito, ao desagradar as Forças Armadas, estimulando o processo de conspiração da elite brasileira e de militares que no início do governo eram contrários ao golpe.

Segundo crítica de Argelina Figueiredo⁷, Jango era considerado um governante autoritário pela classe média brasileira e sua figura desagradava os conservadores que o achavam despreparado em algumas de suas atitudes “foi omissos e conivente com setores revoltosos trazendo risco a nação”. Já os partidos esquerda, segundo Lucília de Almeida Neves Delgado⁸, o considerava um político dos latifundiários e preocupados apenas com a elite nacional.

Na obra de Thomas Skidmore⁹, Jango aparece como um político de pouco talento, fraco e confuso. Não houve, segundo o autor, uma clara definição de identidade política do seu Governo. Jango oscilou por várias vezes durante o período do seu governo e o resultado foi um golpe organizado pelo exército e apoiado pela classe média, latifundiários e imprensa. Já aos partidos de esquerda não se precaveu do crescimento dos conspiradores dentro das Forças Armadas.

³ FERREIRA, O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964..., 2003, p. 361.

⁴ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora paz e terra, 1982.

⁵ BANDEIRA, O Governo João Goulart..., 1978.

⁶ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 28, p. 123-144, 2010.

⁷ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁸ DELGADO, O Governo João Goulart e o golpe de 1964..., 2010.

⁹ SKIDMORE, **Brasil: De Getúlio a Castelo**..., 1982.

Não há consenso historiográfico acerca das razões para o golpe de 1964. Lucília Delgado¹⁰ afirma existirem interpretações distintas sobre os motivos do golpe, assim como diversas teses, de vários autores, acerca dessas interpretações. Diante das diversas interpretações sobre o golpe de 1964 podemos elencar, segundo Lucília Delgado, quatro grandes grupos interpretativos: 1) interpretações *estruturalistas e funcionais*; 2) interpretações que enfatizam o *caráter preventivo* da intervenção civil e militar; 3) análises que privilegiam a *versão conspiratória*; 4) interpretações que destacam as idéias de *ação política conjuntural* e de falta de compromisso com a democracia; 5) análises culturalistas, novo ciclo de produções (pós-2001).

Sobre as interpretações *estruturalistas e funcionais*, que predominaram na década de 1970, vinculam-se à dimensão de tempo longo, relacionando a deposição do Presidente João Goulart por um golpe civil e militar, a problemas da realidade nacional com ênfase para o subdesenvolvimento e para o atraso da industrialização brasileira. Dentre os autores adeptos das interpretações estruturalistas e funcionais, destacam-se sociólogos, economistas e cientistas políticos, merecendo destaque: Otávio Ianni¹¹ e Fernando Henrique Cardoso¹².

Já sobre as interpretações que enfatizam o *caráter preventivo* da intervenção civil-militar, estão: Florestan Fernandes¹³ e Caio Navarro de Toledo¹⁴, que afirmam ter sido, a principal característica do movimento, que depôs o Presidente João Goulart, o forte descontentamento com a organização de diferentes segmentos da sociedade civil. Tratou-se de uma ação destinada a evitar possíveis e profundas transformações nos sistemas econômico e político brasileiros.

As análises que privilegiam a *versão conspiratória*, foram formuladas, em especial, por: Moniz Bandeira¹⁵; René Dreyfus¹⁶; e, Heloisa Starling¹⁷. Para esses autores, o rompimento da ordem política brasileira foi causada por uma conspiração, liderada por setores das forças armadas anticomunistas, sendo alguns deles vinculados à Escola Superior de Guerra, parte dos empresários nacionais, latifundiários e outros proprietários rurais, setores

¹⁰ DELGADO, **O Governo João Goulart e o golpe de 1964...**, 2010.

¹¹ IANNI, Octávio. **O colapso do Populismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

¹² CARDOSO, Fernando Henrique. Associated-Dependent: theoretical and practical implications. in: STEPAN, Alfred (ed). **Authoritarian Brazil**. New Haven: Yale University, Press, 1973.

¹³ FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura. In: TOLEDO, Caio Navarro (org) 1964: visões críticas do golpe – democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1981.

¹⁴ TOLEDO Caio Navarro. **O governo Goulart e o Golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹⁵ BANDEIRA, **O Governo João Goulart...** 1978.

¹⁶ DREIFUSS, René A. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁷ STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

conservadores da Igreja Católica, capital internacional que tinha interesses econômicos no Brasil e entre os partidos políticos, principalmente a UDN.

Dentre os autores representantes das interpretações que destacam as idéias de *ação política conjuntural* e de falta de compromisso com a democracia, estão: Wanderley Guilherme dos Santos¹⁸ e Argelina Figueiredo¹⁹, que enfatizam a idéia de que a movimentação política, causadora do Golpe de 1964, apresentou variações essencialmente conjunturais (tempo curto) e predominantemente políticas.

Nas atuais *análises culturalistas* observam-se grandes contribuições para minorar o esquecimento sobre João Goulart e sua desqualificação como político. É notório o diálogo com novas fontes documentais, tais como: atas do Conselho de Ministros (fase presidencialista), charges, fotografias e filmes. Carlos Fico²⁰ apresenta uma diferenciação entre conspiração e desestabilização: refuta a ideia de uma conspiração tramada no médio prazo a partir do memorialismo. Já Rodrigo Patto Sá Motta²¹ demonstra, pela análise de charges, como João Goulart foi sistematicamente desqualificado - observando como essa desqualificação recrudescer às vésperas do golpe de 1964. Jorge Ferreira²² apresenta a valorização de João Goulart como sujeito histórico, pois além de ter orientação política bem definida e coerente (trabalhismo), foi deputado federal, presidente do PTB, ministro de Estado, vice-presidente da República e presidente da República com análise documental farta e original.

¹⁸ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro - Anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

¹⁹ FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

²⁰ FICO Carlos. **Além do Golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

²¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura REIS, DANIEL Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O Golpe e a ditadura militar:** 40 anos depois. São Paulo: EDUSC, 2004.

²² FERREIRA, Jorge. **Jango, uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

1. A posse de Jango e o parlamentarismo no Brasil

A posse de João Goulart como presidente foi realizada em 7 de setembro de 1961 no Congresso Nacional. Goulart tinha acabado de sair para uma viagem a China Comunista em nome do Governo, quando acontece a renúncia do então presidente Jânio Quadros. Thomas Skidmore, descreve que a sua rota de retorno ao Brasil foi modificada com paradas em vários países como França e Estados Unidos com intenção de ganhar tempo para que os fatos políticos se efetivassem. Após um período forte de negociação entre os partidos políticos nacionais, Goulart viajou como vice e voltou ao país como Presidente sobre uma crise militar e econômica. Exerceria o cargo em regime parlamentarista até o ano de 1963.

A 2 de setembro o Congresso adotou a emenda instituindo um sistema parlamentarista. Os ministros militares compreenderam então que não poderiam sobrepor-se à divisão dentro das fileiras do exército e não poderiam mais ignorar a difundida reação pública à sua tentativa de veto. Três ministros informaram sua disposição de aceitar o compromisso parlamentar. A 5 de setembro de 1961 Jango chegou a Brasília.²³

Diante dos deputados no Congresso, João Goulart leu sua carta de posse como Presidente da República do Brasil (veja [anexo 1](#)) que dizia em tom exaltado que a democracia derrotava as forças de oposição contrárias ao regime. Para alguns autores, como Jorge Ferreira²⁴, Jango com esta declaração, desafiou as forças de oposição a sua posse e não tomou conhecimento que se tratava de forças vindas também dos exércitos. O prazo entre seu retorno da viagem e a sua posse foi tão curto que se quer deu tempo para produzir seu plano de governo. Acabou mantendo, inicialmente, algumas atitudes políticas e econômicas do governo anterior, continuando as reformas sobre a política exterior, determinando novas regras para empresas estrangeiras a fim de atraí-las para a produção em País.

O Parlamentarismo implantado após a saída de Jânio, serviria principalmente para impedir Jango de colocar em prática seus planos de reforma de base defendidos desde sua participação como Ministro do Trabalho no segundo governo de Getúlio Vargas onde concedeu aumento de 100% sobre o salário mínimo, criando uma forte indignação da elite conservadora. Getúlio aceitou tal aumento, mas atendeu a reivindicação da elite que pedia a demissão imediata de Goulart.

²³ SKIDMORE, **Brasil: de Getúlio a Castelo...**, 1982, p. 260.

²⁴ FERREIRA, **Jango, uma biografia...**, 2011.

Jango teve participação política também no Governo de Juscelino Kubitschek, como Vice, comungando com o importante desenvolvimento do Brasil no setor industrial e na sua infra-estruturadora. Exemplo foi a construção de Brasília que se tornou um marco para nossa história contemporânea, diz o autor Skidmore²⁵.

No seu governo, foi escolhido para o exercício de chefe do primeiro Gabinete do Governo de Goulart, o mineiro Tancredo Neves, do partido PSD, que iniciou no cargo no dia 08 de setembro de 1961 e se tornou o mediador político que teve a missão de unir aos partidos de direita conservadora e da esquerda nacionalista.

O primeiro gabinete parlamentarista, incluía uma representação equilibrada da maioria dos partidos. O PSD, ainda o maior partido do congresso foi aquinhado com quatro ministérios. Este último posto tocou a Tancredo Neves que havia sido ministro da justiça de Getúlio em 1954 quando favoreceu a luta contra o ultimato dos militares.²⁶

Logo nos primeiros meses de seu governo, Jango estabeleceu uma política de intercâmbio com países do bloco socialista, principalmente com a União Soviética. Foi contra também a sessão do governo Norte Americano a Cuba recém-revolucionária. Sofreu com tais medidas a primeira crise de conspiração do seu governo, liderada pelos militares que tiveram participação política no governo de Jânio Quadros, e que eram contrários a sua posse: o chamavam de comunista e demagogo.

Segundo Moniz Bandeira²⁷, as lutas no campo seriam um problema para Goulart durante toda sua permanência no cargo de Presidente. Apesar de Jango participar e até discursar em alguns congressos promovidos pelas Ligas Camponesas e sindicatos ligados a terra, como o ocorrido na capital mineira, a questão agrária foi o grande entrave.

O autor Thomas Skidmore²⁸ observou que o Congresso, com a maioria conservadora, nunca aprovaria um projeto de reforma agrária e afirmou que, líderes destes movimentos e o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, defendiam o fechamento do Congresso Nacional.

Os índices de inflação enfrentados pelo Governo Goulart e sua equipe ultrapassavam a marca dos 40% no final de 1961, de acordo com Jorge Ferreira²⁹. Uma herança financeira difícil que o país enfrentava desde governo Juscelino Kubitschek continua o autor. Uma

²⁵ SKIDMORE, **Brasil: de Getúlio a Castelo...**, 1982.

²⁶ Idem, p. 265.

²⁷ BANDEIRA, **O Governo João Goulart...** 1978.

²⁸ SKIDMORE, **Brasil: de Getúlio a Castelo...**, 1982.

²⁹ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001.

viagem de Jango aos Estados Unidos foi programada para o princípio do ano de 1962, para tentar amenizar a crise diplomática entre os dois países, instaurada no final de 1961 e também conseguir recurso junto ao FMI:

Durante a conversa informal em Washington, Jango mostrou “sinais de conceder um tratamento razoável” às empresas de serviços públicos de propriedade estrangeira, cuja expropriação se tornara um problema cadente no Brasil. Mostrou-se, entretanto relativamente indiferente à insistência norte-americanos, quanto a uma atitude de maior cooperação com a Aliança para o Progresso no Brasil e não se impressionou pelas preocupações norte-americanas quanto à infiltração comunista no movimento sindical.³⁰

Jango que antes de ser Presidente teve seus laços políticos ligado a ala esquerdista, sendo um defensor das reformas de base, no poder esteve diante de uma pressão para que estas medidas fosse realizadas. Tratou-se de um governo que carregava a marca Vargasista que tinha chegado ao poder após dois Presidentes de direita, JK (PSD), Jânio (UDN). Além da reforma agrária, o Brasil necessitava de reformas amplas em sua infraestrutura de base referente aos setores bancário, fiscal e educacional:

Limitado em sua atuação como administrador, no primeiro gabinete parlamentarista, Goulart passou a estimular as iniciativas de caráter nacionalista, notadamente de fortalecimento do setor estatal da economia. Seguindo instruções presidenciais, o BNDE considerou seus escassos recursos para financiar os investimentos públicos no setor de energia elétrica e de indústrias básicas, notadamente a siderurgia.³¹

Tendo como questão de ordem “Reforma agrária na lei ou na marra” figuras como Leonel Brizola se tornou o grande proponente desta medida no país, diz o autor Jorge Ferreira³². Partidos que defendiam o Comunismo como o PCB, Ligas Camponesas e a União Nacional dos Estudantes (UNE) somavam forças para pressionar o governo de Jango, buscando a sonhada e difícil reforma agrária:

O PCB, o grande partido de esquerda marxista da época, participava ativamente da vida política do país nesse momento. Superando a linha ultra-esquerdista e sectária que vinha adotando até então, o partido, com a Declaração de março de 1958, passou a reconhecer a questão democrática e a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo, bem como a defender, no Brasil, um governo que, unindo operário, camponeses e burguesia nacional, patrocinasse uma política nacionalista e reformista, sobretudo no tocante à questão agrária.³³

³⁰ SKIDMORE, **Brasil: de Getúlio a Castelo...**, 1982, p. 266.

³¹ VIANA, Cibília da Rocha. **Reformas de base Nacionalista de desenvolvimento**. De Getúlio a Jango. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira. 1980, p.112.

³² FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001.

³³ Idem, p.352.

Jorge Ferreira reforça a tese que as lutas no campo com o fortalecimento das Ligas Camponesas, principalmente na região nordeste, se tornaram mais acirradas. Em Pernambuco, Francisco Julião passou a ser uma figura importante deste movimento que tentavam a todo tempo conscientizar a população para a questão da terra.

Os subalternos da Forças Armadas que, desde a década de 1950 já apareciam com uma certa união politicamente organizada, ganhavam forças durante o governo do Presidente Jango. Com o slogan “Sargento também é povo” esta ala venceu as eleições para o Congresso Nacional em vários Estados do Brasil, algo intolerável para oficiais do alto escalão das Forças Armadas que exigiam preservação da hierarquia e da disciplina na corporação.

O processo de politização dos subalternos das Forças Armadas foi crescente, especialmente após a Campanha da Legalidade. Apresentando-se como o “povo em armas”, afirmados com as demandas de democratização que se abriam para os “de baixo”, eles aprofundaram as suas reivindicações. Em seus clubes e associações, passaram a indicar candidatos ao Congresso Nacional – algo que, na Constituição, como estava redigida, dava interpretações dúbias, tanto a favor quanto contra a sua elegibilidade.³⁴

Após a luta pela legalidade, no ano de 1961, e de outras atitudes nacionalistas, o Governador Leonel Brizola, ganhou o cenário nacional. Em 1962, Leonel Brizola foi o deputado federal mais votado no país pelo PTB do Rio de Janeiro. Com tanta força política ele fundou a FMP (Frente Única de Esquerda) somando resistência junto com a UNE (União Nacional dos Estudantes) e com as Ligas Camponesas.

Na FMP estavam representados os estudantes, por meio da UNE; os operários urbanos, com o CGT, a CNTI, marinheiros e fuzileiros navais em suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária com AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do grupo compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista, a exemplo de Sérgio Magalhães, Doutel de Andrade, Abguar Bastos, Oswaldo Lima Filho, Bocaiúva Filho, entre outros.³⁵

Um grande desgaste do Governo de João Goulart foi certamente provocado pelas ações esquerdistas, minando suas forças até a sua deposição em abril de 1964. Lucilia de Almeida Neves Delgado³⁶ observa que a esquerda nacional era intolerante e defendia uma ruptura institucional: uma luta direta contra os conservadores. Defendiam a reforma agrária para o Brasil e eram contrários as indenizações prévias em dinheiro, defendidas pelos

³⁴ Idem, p. 353.

³⁵ Idem, p. 355.

³⁶ DELGADO, O Governo João Goulart e o golpe de 1964..., 2010.

conservadores e presentes na Constituição. Pressionavam o Congresso Nacional e o governo do Presidente Jango para efetivar as mudanças imediatas.

João Goulart, por um outro lado, defensor das reformas de base, estava naquele momento preocupado em recuperar suas forças políticas. Goulart pretendia iniciar o mais breve possível a política de retorno ao Presidencialismo. Jango, após a renúncia de Tancredo Neves, indicou Santiago Dantas do PTB para compor o Primeiro Gabinete. Varias negociações entre conservadores e esquerdistas fizeram com que Francisco de Paula Brochado da Rocha assumisse o primeiro gabinete fosse, justifica Jorge Ferreira³⁷.

Com a nomeação de um novo ministério, Jango passou a assumir um projeto de compromisso e luta contra a inflação; prometendo controlar a crise da economia financeira que se agravava por causa do regime parlamentarista. O presidente afirmava que as reformas não eram feitas por causa do processo político existente no país e que tais reformas de base eram necessárias para o combate a crise e para o crescimento brasileiro:

Em agosto, os ministros militares se manifestaram pedindo a antecipação do plebiscito. As pressões dos setores nacionalistas do Exército e das lideranças sindicais levaram Brochados da Rocha a pedir nova delegação de poderes ao Congresso e a marcar a data do plebiscito para 7 de outubro de 1962.³⁸

O país viveria uma greve geral organizada pela CGT que reivindicava, dentre outras coisas, o plebiscito. O Congresso Nacional aprovou a consulta popular que aconteceu no dia seis de janeiro de 1963. Goulart foi apoiado por vários setores em sua campanha pela volta ao antigo regime presidencialista e evitou qualquer medida de impacto antes que ocorresse a consulta popular. Atuou no campo energético com a implantação da Eletrobrás e na educação com a inauguração da Universidade de Brasília (12% em investimento no setor educacional). A campanha pela volta do presidencialismo ganhou às ruas de todo país e a vitória de João Goulart foi dada como certa. No dia 06 de janeiro, cerca 11 milhões de brasileiros foram as urnas, dando uma larga vitória a João Goulart: “a vitória de Goulart foi avassaladora: dos 11 milhões e quinhentos mil eleitores, 9 milhões e quinhentos mil, ou cinco em cada seis, aprovaram o retorno do regime presidencialista no Brasil”³⁹.

³⁷ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001.

³⁸ Idem, p. 356.

³⁹ Idem, p. 357.

2- O plebiscito de 1963: À volta do presidencialismo e o cenário Nacional.

Mesmo assumindo com uma grande vitória no plebiscito, o governo João Goulart contou com entraves: principalmente com os contrabandos de armas pesadas e as constantes descobertas de vários campos de treinamentos de guerrilheiros ligados as Ligas Camponesas com bandeiras comunistas. Por outro lado, observa-se a atuação do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) como um órgão ligado aos conservadores que combateria a esquerda de forma organizada, financiando estudos de jovens conservadores e publicações de livros de direita. O IPES ligava-se as Forças Armadas e a Escola Superior de Guerra a (ESG).

No final de janeiro de 1963, o governo empossou os novos ministros que participariam do regime presidencialista. Buscando apoio para o seu mandato, visando maioria no Congresso. Jango foi cauteloso ao anunciar medidas ligadas as Forças Armadas, e estava ciente que o cenário econômico nacional não era favorável:

Tinha o projeto de retomar o modelo de desenvolvimento Varguista, sobretudo com investimento na infra-estrutura econômica e bens de produção além da ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores. Até o final de seu governo, inaugurou as usinas da Cosipa, Usiminas e Aços Vitória, além da Eletrobrás.⁴⁰

O autor Thomas Skdimore⁴¹ analisa um fato importante para a política econômica do governo Jango: o plano Trienal, elaborado por Celso Furtado e por alguns especialistas. Este plano foi anunciado pelo governo Jango, com fortes críticas da esquerda, pois o plano colocava restrições aos aumentos salariais. Por outro lado, teve apoio das federações industriais. Em meio às críticas o plano foi colocado em prática por apenas três meses:

Em fins de março a experiência de San Tiago Dantas e Celso Furtado se encontrava severamente ameaçada. Os projetos sobre os salários e o acordo com AMFORP encontravam forte oposição e desde fins de abril, corriam rumores de que o gabinete seria modificado. O problema crucial em curto prazo era o programa antifracionário.⁴²

Latifundiários e banqueiros eram favoráveis ao plano, mas a esquerda era contra esse projeto. Segundo Cibilis da Rocha Viana⁴³, Jango tentou defender seu governo após o fracasso do plano trienal.

⁴⁰ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001, p. 363.

⁴¹ SKIDMORE, **Brasil: de Getúlio a Castelo...**, 1982, p. 301.

⁴² Idem, p. 302.

⁴³ VIANA, **Reformas de base Nacionalista de desenvolvimento...**, 1980, p.120.

O governo liberou aumento de créditos e salários. O FMI diante dos fatos recuou na negociação da dívida externa e empresas automobilistas ameaçaram a sair do país:

A missão do FMI chegou na segunda semana de maio e estudava as medidas tomadas pelo governo de Jango contra a inflação. As conclusões da missão foram cruciais, uma vez que tanto os credores Norte Americanos, quanto os Europeus esperavam a decisão do FMI, antes de aceitarem outro financiamento da enorme dívida em curto prazo no Brasil.⁴⁴

Goulart a fim de se aproximar da esquerda que estava descontente após o plano trienal, encaminhou ao Congresso Nacional um projeto que visava alterar a regra estrutural da reforma agrária com a desapropriação das terras. Os conservadores da UDN logo foram contrários. Já os políticos do PSD aceitariam o projeto com uma correção monetária dos títulos públicos. No episódio, o PTB, partido de Jango, não aceitou tal alteração proposta pelo PSD.

Nas ruas do país, houve vários protestos que vieram dos estudantes organizados pela UNE. Uma ameaça de greve geral, liderada pela CGT se configurou. Apesar dos protestos à medida que alterava a reforma agrária não passou pela votação na Câmara e o PTB saiu enfraquecido do cenário.

O governo tentou reativar a aliança PTB e PSD através de uma nova nomeação ministerial e se reorganizar politicamente. A autora Lucilia de Almeida Neves Delgado⁴⁵ descreve a preocupação de Jango com a falta de apoio vinda dos militares. Conviveu com o receio do surgimento de algumas lideranças vinda dos quartéis. Jango nomeou o General Jair Dantas Ribeiro para suceder aos Generais Segadas Viana, Nelson de Melo e Amauri Kavel, em busca de apoio nas forças armadas. A dívida externa naquele momento chegava a 15% da receita brasileira:

O ministro da Fazenda, embora sofrendo ataques sistemáticos das esquerdas, se opôs às exigências do FMI para renegociar a dívida externa e chegou mesmo a cogitar a moratória unilateral. O Presidente, à procura de saídas para o estrangulamento financeiro do país, regulamentou a Lei da Remessa de Lucros, aprovada anteriormente pelo Congresso.⁴⁶

Enquanto o PTB desgastava o Congresso pela tentativa de aprovação de projetos, Jango se revelou um negociador de centro esquerda aproximando-se de políticos do PSD, visando principalmente continuar as reformas de base. Para aumentar a capacidade de geração de energia, o governo iniciou a construção de hidrelétricas.

⁴⁴ Idem, p. 302.

⁴⁵ DELGADO, **O Governo João Goulart e o golpe de 1964...**, 2010.

⁴⁶ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001, p. 368.

Inaugurou a Usiminas e finalizou as obras das refinarias da Petrobrás Gabriel Passos, em Betim, e dos oleodutos de Belo Horizonte e de Porto Alegre. Na educação, várias vagas foram criadas, tanto para os níveis fundamentais quanto para as Universidades. Mesmo, com isso, um novo impasse na área militar surgiu e trouxe instabilidade. O Supremo Tribunal Federal considerou inelegíveis os sargentos eleitos, e estourando uma forte crise na corporação.

Todos militares eleitos perderam seus mandatos: uma revolta armada foi organizada pelos eleitos e pelas suas associações. Denominavam-se como “comandos revolucionários de Brasília”, e passaram a convocar as demais forças para aderirem ao movimento.

Logo sufocados pelas forças do Governo de Goulart, que em poucas horas dominaram a situação e prenderam os revoltosos. Grupos esquerdistas defenderam a anistia dos sargentos presos. Já órgãos das Forças Armadas exigiam a disciplina e respeito total a hierarquia. Jango contrariou os militares e ordenou a soltura dos presos. Diante do fato, os Generais transferiram para regiões distantes do país todos os soldados simpatizantes com a esquerda enfraquecendo as suas associações.

Tudo que ocorreu foi um desgaste para o governo Jango, e outra crise estourou em princípios de outubro de 1963, quando dois dos mais importantes Estado da nação que tinham como líderes de governo Carlos Lacerda (RJ) e Ademar de Barros (SP), sempre opositores a Jango, passaram a fazer severas críticas ao seu governo, atacando também sua integridade pessoal. Estes governadores acusavam o Presidente de caudilhismo e totalitarismo, afirma o autor Thomas Skidmore⁴⁷.

Jango recebeu denúncias, publicadas em órgãos de imprensa do país e do exterior, de um suposto plano de golpe que teria o apoio dos comunistas. Militares do governo não ficaram contentes com as acusações e exigiram que Goulart determinasse o Estado de Sítio. O objetivo dos militares era invadir o Rio de Janeiro e prender Carlos Lacerda. O pedido de Estado de Sítio chegou ao Congresso Nacional e foi logo criticado pelos esquerdistas, estudantes e sindicalistas.

O Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, também se manifestou sobre a medida adotada pelo governo de João Goulart. Para Jorge Ferreira⁴⁸ os partidos de esquerda e da direita lutavam naquele momento histórico pela tomada do poder com objetivos idênticos, definir o rumo do país.

⁴⁷ SKIDMORE, **Brasil: de Getúlio a Castelo...**, 1982.

⁴⁸ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001.

Os grupos que compunham a FMP, como o CGT, organizações camponesas, UNE, UBES, FPN, PCB e organizações dos sargentos e marinheiros, interpretaram o pedido de estado de sítio como um plano de Goulart para derrotar a direita e, em seguida, à esquerda.⁴⁹

A medida de Estado de Sítio foi mal vista entre alguns oficiais das Forças Armadas, pois deixava a imagem do Presidente como autoritário. Dias depois, Jango pediu ao Congresso para retirar a mensagem de Estado de Sítio e convocou os militares para explicar a retirada do pedido. Ademar de Barros e Carlos Lacerda saíram fortalecidos.

Tais atitudes da esquerda citadas nos últimos parágrafos fizeram surgir uma aliança de empresários conservadores do setor da imprensa nacional contra o medo comunista, Roberto Marinho e seus seguidores fundaram a rede de democracia entre Tupi e Globo. Nos anos de 80 surge uma análise significativa sobre as articulações entre setores das classes dominantes e militares resultando no golpe de 1964, escrita pelo autor René Dreifuss⁵⁰. O autor demonstrou que os empresários brasileiros agiam politicamente de forma organizada e documentou o papel decisivo do grande capital na articulação do golpe. Mostrou que seus participantes estavam no centro dos acontecimentos como homens de ligações e como organizadores do movimento civil militar.

Diante de mais uma renúncia de Ministro, a esquerda reivindicava o deputado Leonel Brizola no Ministério da Fazenda. Mas, Jango nomeou o Presidente do Banco do Brasil. Nei Gavão, tentando buscar união entre o PTB e PSD. O Presidente sabia que apesar de seu governo estar duramente desgastado, as reformas não poderiam ser abandonadas, principalmente a agrária:

Segundo decreto da Supra, Jango declarou a desapropriação de todas as propriedades que ultrapassassem cem hectares localizadas numa faixa de dez quilômetros à margem de rodovias ou ferrovias federais as terras de mais de trinta hectares quando situadas nas zonas que constituem bacias de irrigação dos açudes públicos federais.⁵¹

Com a iniciativa de tentar tirar o Presidente do isolamento político e manter a democracia, surgiu a frente progressista de apoio a Jango. Fariam oposições contra o imperialismo e também seriam contrários ao fechamento do Congresso. San Tiago Dantas era o cabeça deste movimento contra qualquer golpe. Nesse contexto a crise financeira no país piorava:

⁴⁹ Idem, p. 372.

⁵⁰ DREIFUSS, 1964: *A conquista do Estado...*, 1981.

⁵¹ SKIDMORE, *Brasil: de Getúlio a Castelo...*, 1982, p. 349.

O Presidente Goulart manifestara, em várias oportunidades, suas preocupações quanto à extensão e à profundidade dos problemas que afetavam a economia Brasileira. O conselho de Ministro havia decretado o Estado de Emergência nas regiões do nordeste, afetadas pela seca e fome, agravadas pela escassez e práticas abusivas de açambarcamento dos gêneros alimentícios.⁵²

A esquerda não acreditava em um possível golpe militar, achando que o exército estava com o povo e que a vitória sobre os conservadores, através de um combate civil seria certo, algo que nunca foi aprovado por Goulart, descreve Moniz Bandeira:

Afinal, quando os ministros militares implementaram o golpe, a sociedade reagiu; trabalhadores, empresários, igrejas, partidos políticos, intelectuais e, sobre tudo, os próprios militares, como sargentos e oficiais do Exército e da Aeronáutica, recusaram o golpe. Esse era o grande argumento das esquerdas. O que não se percebia era que a Campanha da Legalidade fora um episódio defensivo, cujo objetivo era a garantia da democracia e do cumprimento das leis e da Constituição. Ali, a legalidade era a bandeira das esquerdas.¹⁷

Escolheu apoiar a frente liderada pelo deputado Leonel Brizola decretando, com tal atitude, o caminho a seguir até o fim do seu governo diz a autora Argelina Figueiredo⁵³. A posição desta autora privilegia os momentos críticos do governo Goulart a partir dos quais se tenta provar que havia caminho para reformas moderadas dentro da ordem democrática e que os atores escolheram maximizar suas possibilidades em detrimento dessa ordem os reformistas querendo reformas amplas e os contrários as reformas dispostos a tudo para barrá-las: esta mobilização de camponeses e trabalhadores rurais ainda estava em uma etapa primitiva em meados de 1963, porém o seu ulterior avanço só poderia alarmar o centro e ao mesmo tempo fazer com que Jango pensasse que o poder das forças populares justificava um empenho ainda maior com reforma agrária.⁵⁴

⁵² VIANA, **Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento...**, 1980, p.124.

¹⁷ BANDEIRA, **O Governo João Goulart...**, 1978, p. 81.

⁵³ FIGUEIREDO, **Democracia ou reformas?** Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁵⁴ SKIDMORE, **Brasil: de Getúlio a Castelo...**, 1982, p. 309.

3- Análise dos dias anteriores ao Golpe civil militar

O mês de março do ano de 1964 se configurou em um difícil tabuleiro político para o governo João Goulart. Com o anúncio do comício, a ser realizado no dia 13 de março de 1964 na praça Central do Brasil no Rio de Janeiro, a turbulência política aumentou. Para Lucília de Almeida Neves Delgado⁵⁵ o governo uniu-se com alas esquerdistas do país para tentar conduzir, por mais algum tempo, seu governo, que se encontrava em crise.

Contudo, empresários, banqueiros e latifundiários mobilizaram-se contra as reformas. Algumas táticas e dispositivas militares eram planejadas para proteger o governo de Goulart e ir contra qualquer tentativa de golpe. Moniz Bandeira⁵⁶ analisa, em sua obra, o movimento liderado por Castelo Branco.

Na sexta feira, dia 13 de março, foi marcado pelo governo Jango um grande comício. Calcula-se que mais de 200.000 pessoas participaram deste evento. Personalidades foram convidadas a dar sua mensagem, como o Presidente da UNE José Serra, o Governador de Pernambuco Miguel Arrais : incisivos em seus discursos a favor da legalidade e pelo estabelecimento dos órgãos políticos para as reformas.

O público que participou do comício exigia as reformas de base pelo governo e as eleições em 1965, mas eram em sua maioria contrários ao fechamento do Congresso proposto por Brizola. Sem um roteiro pré-definido, João Goulart foi o último a discursar neste evento conhecido como “Comício das Reformas”:

Segundo testemunhas, ele utilizou, com brilhantismo, os recursos oferecidos pela oratória, infundindo-lhe emoção. Atacou setores das elites que, em nome da democracia, procuravam perpetuar privilégios intoleráveis, criticou a indústria do anticomunismo, ressaltou a necessidade de revisar a Constituição e lamentou a cegueira de certas parcelas da sociedade de instrução superior que continuam insensíveis à realidade nacional. No entanto, o governo, ao lado do povo, operários patriotas, e com o seu apoio, prosseguirá na luta pela emancipação econômica e social do país.⁵⁷

Dois dias depois do comício da Central do Brasil, Jango enviou ao Congresso alguns decretos onde garantia votos aos analfabetos, aos sargentos e praças militares. Regulamentou também a lei dos aluguéis de imóveis e definiu novas regras para a reforma agrária.

⁵⁵ DELGADO, **O governo João Goulart e o golpe de 1964...**, 2006.

⁵⁶ BANDEIRA, **O governo João Goulart...**, 1978.

⁵⁷ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001, p. 384.

A mensagem ainda propunha um plebiscito para que o povo se manifestasse sobre as reformas de base e a delegação de poderes do Legislativo ao Executivo, revogando, na prática, o princípio de inelegibilidade de poderes. Por fim, a revisão do capítulo da inelegibilidade, sendo substituído apenas pela frase “são elegíveis os alistáveis”, permitindo, assim, que corresse para cargos executivos os parentes consanguíneos e afins, como Leonel Brizola, e instituindo, na prática, reeleição, beneficiando o próprio Goulart.²⁰

Com estes decretos, a população também passaria a votar na forma de plebiscito como o que aconteceu em 1963, para todas as reformas de base proposta pelo governo. Jango tornou legal a lei de reeleição, beneficiando-se com isso. De todos os decretos e leis, naquele momento o da reforma agrária era o mais importante. Novos comícios foram programados para as cidades de Campinas, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e São Paulo e com isso novas medidas governamentais seriam anunciadas, afirma o autor Thomas Skidmore⁵⁸.

Justificando uma divisão clara na política nacional foi realizada, também em março de 1964, na praça da Sé do centro da capital de São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pela Igreja Católica e pela classe média com a presença de 500.000 mil pessoas. Esta concentração foi desprezada pela ala esquerdista que achava que não se tratava de um evento contra Jango e, sim religioso, mas o discurso contra o governo brasileiro foi a tônica do evento.

Também neste momento outra ala que apareceu desestabilizar o governo: os militares de Castelo Branco, que exercia o cargo de chefe do Estado Maior do Exército. Eles denunciavam o crescimento da ilegalidade e uma agitação subversiva. A esquerda novamente desprezou tais atitudes. Uma semana depois do comício da central do Brasil, instaurou o que podemos considerar uma das maiores crises do governo João Goulart. Desta vez na Marinha, aonde os Generais e Ministros do governo proibiram uma comemoração de aniversário da associação dos marinheiros e subordinados. Com o fato, os marinheiros e fuzileiros se organizaram em um sindicato exigindo respeito e dignidade aos soldados e aproveitando para exigir melhores condições na profissão. Após forte pressão dos Generais que exigiam respeito, disciplina e hierarquia na corporação, o governo Jango autorizou a prisão dos principais integrantes do movimento:

O ministro da Marinha enviou uma tropa de 500 fuzileiros navais apoiados por 13 tanques para invadir o prédio do sindicato e retirar de lá os marinheiros, vivos ou mortos. A tropa de choque, no entanto, negou-se a atacar os colegas, aderindo à revolta. Jogando os capacetes, cinturões e armas no chão, cerca de 30 fuzileiros entraram no prédio sob os aplausos e gritos dos marinheiros entreverados no Palácio do Aço.⁵⁹

²⁰ Idem, p. 385.

⁵⁸ SKIDMORE, **Brasil: de Getúlio a Castelo...**, 1982.

⁵⁹ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001, p. 387.

Algumas tropas de choque do governo decidiram não prender os seus colegas. Goulart convivendo com esta situação recuou e proibiu o ataque aos marinheiros, ocasionando a revolta do Ministro da Marinha Silvio Mota. A ala esquerdista ligada a Brizola pediu o fim do antigo regime imposto pela Marinha aos seus ordenados. A UNE também se manifestou a favor dos marujos. A CGT prometeu uma greve geral, caso os marujos fossem atacados.

Vários órgãos da imprensa destacaram e lançaram notas sobre o ocorrido. A crise já estava instalada: o Presidente Jango teve que cancelar suas viagens, partindo diretamente para as negociações com vários setores para tentar dar fim à crise.

Os marinheiros levantavam diversas reivindicações, tais como o reconhecimento de suas Associações, direito de se casarem, permissão para vestirem roupas civis fora do serviço e melhoria dos soldos. Eram reivindicações antigas, mas, enquanto o Ministério da Marinha relutava em atendê-las, muitos oficiais exigindo dos seus subordinados severos disciplina, não se comportavam à altura dos padrões militares.⁶⁰

O novo ministro para Marinha foi escolhido. Tratou-se de Paulo Márcio, ligado aos esquerdistas e as forças sindicais. Sua primeira ação foi tornar livres os marinheiros presos atingindo com esta medida a integridade das Forças Armadas. Jogou por terra os princípios básicos de disciplina e hierarquia dos militares. Os órgãos de imprensa e os principais Governadores, como o de Minas Gerais (Magalhães Pinto), cobravam de Goulart uma atitude contra todos os revoltosos e contra a esquerda que chamavam de subversivos, que ganhavam espaço nas ruas do país. Alguns oficiais da Marinha recusaram a volta aos navios deflagrando de vez a maior crise militar do governo.

Diante da situação um evento foi mantido para o Automóvel Clube no Rio de Janeiro que iria efetivar a nova diretoria da associação dos sargentos. A presença de Goulart já era esperada e até um discurso dele estava também programado. Foi insensata e imprudente a presença do Presidente Jango, ainda convivendo com uma crise na corporação militar analisa a autora Argelina. Apesar de conselhos e sugestões de alguns políticos, como o de Tancredo Neves, para que Jango não fosse ao evento, ele estava decidido a ir:

Acompanhado por vários Ministros, o Presidente chegou na sede do Automóvel Clube para ser homenageado pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, entidade que completava 40 anos de fundação. À sua espera estavam os Ministros interinos da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica. Presentes também o almirante Aragão, o cabo Anselmo, diversos marinheiros e fuzileiros navais – uma mistura explosiva naquele momento -, além de aproximadamente 2 mil sargento.⁶¹

⁶⁰ BANDEIRA, **O governo Goulart...**, 1978, p169.

⁶¹ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001, p. 390.

O Presidente deu início ao seu discurso no evento no Automóvel Clube, talvez já sabendo que algo difícil iria ocorrer e que seu governo poderia estar no fim. Denunciou algumas entidades que financiavam ataques ao seu governo e empresas e comerciantes que provocavam a exploração do país desordenadamente. Aos sargentos Goulart cobrou, sim, respeito à hierarquia e a disciplina da corporação.

Já esta na história brasileira o chamado “comício do Automóvel Clube”, quando a “disciplina militar e a sua própria hierarquia” haviam sido atingidas profundamente, num agravo sem precedentes às Forças Armadas complicando-se as coisas para o governo João Goulart.⁶²

Os militares estavam atentos à crise instalada no país. Os conservadores e a classe média não queriam mais Jango como Presidente. Estavam preocupados com o suposto “perigo comunista”, conforme salienta Rodrigo Patto Sá Motta⁶³ no seu trabalho “João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura”.

No dia 31 de março, logo pela manhã, João Goulart estava convencido de que a união das forças armadas após seu discurso no Automóvel Clube ficou inviável, já que os oficiais do ato escalam acreditavam que o governo estava apoiando as rebeliões dos subalternos e não estava respeitando a hierarquia dos superiores das forças armadas.

Vários órgãos de imprensa pediram a deposição de Jango. O Senado rompeu sua aliança com o Governo e pediam o estabelecimento da ordem. A esquerda revolucionária que acreditava em uma ampla força, pela primeira vez se viu sem nenhuma sustentação para ofensiva de apoio ao Governo Brasileiro.

Segundo Starling, naquela tarde iniciou o movimento das tropas, partindo de Minas Gerais sob o comando do General Olímpio Mourão Filho. Jango acreditava que venceria essa resistência vinda de Juiz de Fora com certa facilidade. Forças da ala da esquerda positiva avaliaram o avanço das tropas e suspeitaram que tivessem, sim, o apoio das forças norte americanas. O resultado seria uma guerra civil com intervenção estrangeira. Jango recebeu apoio da UNE e dos sindicatos que estavam dispostos a lutar contra as tropas que avançavam em direção ao Palácio das Laranjeiras.

⁶² JUREMA, Abelardo. **Juscelino e Jango PSD e PTB**. Rio de Janeiro. Editora Arte Nova, 1993, p.123.

⁶³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. REIS, DANIEL Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois**. São Paulo: EDUSC, 2004.

Goulart agradeceu o apoio, mas se recusou a entregar armas aos civis despreparados, diz Jorge Ferreira: “com a confirmação da rebelião militar, queriam armas para agir por conta própria. O Presidente João Goulart, por diversas vezes, respondeu a eles da seguinte forma: não entrego armas a quem não sabe usá-las”⁶⁴.

Negou também por medo de uma guerra civil, o conselho de alguns Ministros e Generais para que assumissem o ministério da Guerra já que o ministro em exercício estava hospitalizado. Uma forte greve geral explodiu no país a pedido da CGT, e várias sedes do poder público foram invadidas pela esquerda revolucionária. A associação dos Sargentos da Marinha e fuzileiros aguardavam a ordem do governo para resistir e controlar a situação.

Goulart não autorizou o Exército a prender o governador do Estado do Rio de Janeiro que atacava o governo brasileiro via rádios com palavras fortes. Jango ficou sabendo através de um telefonema de um dos membros do governo de Minas Gerais que forças Norte Americanas estavam próximo à Bahia de Guanabara e a prisão de Lacerda seria o bastante para que os estrangeiros invadissem o país. Optou agir apenas via telefone e pedir para que as forças armadas continuassem fieis ao seu Governo. Sabia Jango que não se tratava de uma simples crise e, sim, de uma forte revolta vinda das três Forças Armadas contra aquela situação Nacional. A prisão do General Castelo Branco, acusado de conspiração só veio para piorar a situação militar e política:

Sob a alegação de que Castelo Branco já ameaçara suicidar-se se fosse preso ele não desejava carregar o peso do seu cadáver na consciência Goulart agira, tardiamente, confirmando, no sentimento legalista da maioria da oficialidade. ²⁶

Com a greve geral perdendo forças e com vários estudantes presos as força dos golpistas avançavam. Queriam que o governo decretasse a esquerda fora da lei. Goulart ao contrário, estava convencido que nas Forças Armadas a Marinha estavam em total controle com a revolta dos marujos e na aeronáutica pelos Sargentos e que a questão seria resolvida pelas forças de terrestre. Passou a buscar apoio nos comandos dos exércitos.

O apoio veio apenas do III Comando do Rio Grande do Sul. Os generais passaram a pressionar Goulart pedindo seu afastamento da esquerda. Jango sabia que se aceitasse o pedido dos Generais do exército seria um homem dominado e que seria impossível realizar as reformas de base tão pretendidas.

⁶⁴ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001, p. 392.

²⁶ BANDEIRA, **O governo Goulart...**, 1978, p. 168.

Afonso Arinos, por telefone, confirmou como membro do Governo de Minas Gerais o apoio das forças norte-americanas preparados para uma intervenção se preciso fosse.: “certamente essas informações pesaram sobre a decisão de Goulart de não resistir. A perspectiva de invasão norte-americana, de guerra civil, de secessão e de mortes, aliás, muitas mortes, horrorizavam”.⁶⁵

Com a revolta dos marinheiros ocorrida no final do mês de março e com as atitudes políticas de Jango somando com seu próprio discurso do no Automóvel Clube fez com que o resultado disso tudo foi o avanço dos golpistas que se colocavam naquele momento a favor do estabelecimento da ordem justifica os autores Heloísa Starling.

Thomas Skidmore descreve que não houve resistência aos golpistas que avançavam. Algumas alas esquerdistas esperavam a ordem de João Goulart para iniciar uma resistência algo que não ocorreu. O Governo além de perder o comando quase total do exército, perdeu também o apoio dos principais meios de comunicação.

Era 1º de abril de 1964. O Governo de João Goulart chegava ao seu fim. Jango já se declamava derrotado com o avanço dos golpistas, marchando com tropas profissionais de Minas para o Rio de Janeiro.

A resistência não ocorreu segundo diversas versões, pela falta de uma voz de comando. A cadeia de comando, de fato, não respondia. O sargento fuzileiro Naval Narciso Júlio Gonçalves, por exemplo, saiu da Associação dos Sargentos e pediu orientação ao seu comandante imediato. Segundo ele, “havia um acordo tático entre a oficialidade progressista e os sargentos para que a reação ao golpe fosse comandada por oficiais, por uma questão de respeito à hierarquia”.⁶⁶

Pela manhã o Governo Jango já se encontrava condenado. O único comando que apoiava o seu mandato era o III comando da cidade Porto Alegre. Encurralado, Jango recebeu intimado dos Generais para que rompesse com a esquerda. Não querendo negociar com tropas rebeladas e não seguindo as exigências, preferiu deixar o Rio de Janeiro, indo direto para Brasília. Tal notícia se espalhou pelo País como sendo de uma possível renúncia do Presidente Goulart. Em vários bairros e praças pessoas de classe média alta, comemoravam e desfilavam em carros com bandeiras do Brasil justifica o autor Jorge Ferreira.

Vários prédios dos sindicatos e de associações foram invadidos e grupos de esquerda foram perseguidos e presos por ordem dos governadores e Oficiais de Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

⁶⁵ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001, p. 396.

⁶⁶ Idem. p. 397,398

Na granja do Torto em Brasília, Jango escreveu e lançou um manifesto a nação (veja anexo 2) destacando a democracia presente na sociedade brasileira e a elevação do nível de vida nacional descrevendo os avanços do seu governo.

No comunicado a nação, o governo tentou colocar a população ciente dos fatos ocorridos afirmando que o poder estava nas mãos do Presidente e que suas forças logo iriam contornar a situação e devolver a tranqüilidade ao país: algo que não ocorreu já que os conspiradores já dominavam as principais regiões brasileiras e tinham apoio de parte da população, conforme afirma Thomas Skidmore⁶⁷.

Lucilia de Almeida descreve que Jango sabia que naquele momento a democracia já tinha caído e que o golpe civil militar tinha vencido; naquele momento resistir não seria um bom negócio. A opinião militar dominante define o golpe como o resultado de ações dispersas e isoladas, embaladas, no entanto, pelo clima de inquietação predominante entre os analistas que elaborado plano conspiratório que envolveu não apenas o empresário nacional e os militares mas também as forças econômicas multinacionais.

Mesmo João Goulart estando ainda em solo Brasileiro, o presidente da Câmara decretou vago o cargo de Presidente da República. O poder judiciário foi convocado para legitimar Ranieri Mazzilli como Presidente. Não havia mais resistência. Jango tinha sido deposto e uma possível resistência seria inútil apesar do apoio vinda de Porto Alegre.

Os golpistas, diversamente, tinham 50 mil homens armados dentro do estado marchando para a capital, os portos tomados pela Marinha, além dos aviões da FAB. A tentativa de resistência, alegaram os militares, seria sufocada em poucos dias. Goulart avaliou a situação militar, percebeu o risco, praticamente certo de guerra civil, e, sobre tudo, já tinham informações sobre as articulações norte-americanas no golpe. Não se tratava apenas de um movimento militar, mas sim de uma ampla coalizão Civil-Militar e brasileira com apoio de forças estrangeiras.⁶⁸

Observou-se uma ampla coalizão civil-militar que se instaurou no Brasil; a consequente uma resistência seria imprevisível e a quantidade de mortos e feridos numa possível guerra civil poderiam ser incalculável.

⁶⁷ SKIDMORE, **Brasil: de Getúlio a Castelo...**, 1982.

⁶⁸ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001, p. 399.

4- Considerações finais

Não há consenso historiográfico acerca das razões para o golpe de 1964, como foi destacado durante o trabalho. Lucília Delgado⁶⁹ afirma existirem interpretações distintas sobre os motivos do golpe, assim como diversas teses, de vários autores, acerca dessas interpretações. Diante das diversas interpretações sobre o golpe de 1964 podemos elencar interpretações *estruturalistas e funcionais*; de *caráter preventivo* da intervenção civil e militar; análises que privilegiam a *versão conspiratória*; interpretações que destacam as idéias de *ação política conjuntural* e de falta de compromisso com a democracia; análises *culturalistas*, do novo ciclo de produções (pós-2001).

Jango, muitas vezes, apareceu como um político de pouco talento, fraco e confuso. Não houve uma clara definição de identidade política do seu governo, e os autores se empenharam na análise dos vários momentos de intensa crise institucional. As reformas de base propostas pelo seu governo eram consideradas radicais e insustentáveis: o que fez com que as elites passassem a conspirar para a deposição do seu governo. Outro lado importante para o movimento de 1964, foi a preocupação do Alto Comando das Forças Armadas com as reivindicações dos militares subalternos (soldados, cabos e sargentos), consideradas como desrespeito aos princípios de hierarquia e disciplina militares, portanto um processo conspirador naquele momento histórico devido a todos a estes acontecimentos citados neste trabalho, ocorridos dentro e fora do governo na minha opinião foi inevitável.

Goulart viveu sua credibilidade em alta após o final do plebiscito de 1963: onde a população votou pela volta do presidencialismo - cinco votos pelo presidencialismo contra um voto pela permanência do regime parlamentarista (que se estabeleceu no país de setembro de 1961 a janeiro de 1963 após a renúncia de Jânio Quadros). Jango tentou colocar em prática durante seu governo os projetos de base tão reivindicados pela esquerda - para tentar recuperar a economia brasileira com medidas no setor fiscal e monetário. Não agradava nem os conservadores, que achava que suas atitudes tinham um fundo comunista, como analisou o autor Thomas Skidmore⁷⁰, e nem a esquerda revolucionária liderada por Leonel Brizola apoiada pelos sindicatos.

⁶⁹ DELGADO, *O Governo João Goulart e o golpe de 1964...*, 2010.

⁷⁰ SKIDMORE, *Brasil: De Getúlio a Castelo...*, 1982.

A UNE achava, segundo Jorge Ferreira⁷¹, Goulart um populista mentiroso e um verdadeiro defensor dos conservadores, banqueiros e latifundiários. Jango oscilou por várias vezes, durante o período do seu governo, e o resultado foi um golpe organizado pelo Exército com o apoio da classe média, latifundiários, imprensa e parte da Igreja Católica. Já a esquerda não se precaveu do crescimento dos conspiradores dentro das Forças Armadas.

Segundo crítica de Argelina Figueiredo⁷², Jango era considerado um governante autoritário pela classe média brasileira e sua figura desagradava os conservadores que o achavam despreparado em algumas de suas atitudes “foi omissivo e conivente com setores revoltosos trazendo risco a nação”.

Jango tentou negociar com os diversos setores da nação Brasileira para lograr êxito em seu mandato. Negociou visando maioria no Congresso afim da aprovação de projetos. Renovou algumas vezes seu ministério visando estabilidade e sustentabilidade política agradando sempre uma ala e desagradando outra e seu sucesso como presidente se tornavam remoto afirma Moniz Bandeira⁷³ que afirma a conspiração: um movimento crescente no país, desde o segundo governo de Getúlio Vargas.

A forte pressão exercida pelos conservadores e pela esquerda Brasileira e a constante insatisfação vinda de dentro das forças armadas fez do governo João Goulart um período instável. Herdou uma forte crise financeira e social vinda do governo de Juscelino Kubitschek e conviveu e governou com a crescente conspiração dentro das Forças Armadas.

Jango governou, segundo Jorge Ferreira⁷⁴, na esteira da herança Varguista; mais sem o sucesso esperado. De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado⁷⁵, a historiografia brasileira, pós-2001, busca valorizar de João Goulart como sujeito histórico importante e atuante, pois além de ter orientação política bem definida e coerente (trabalhismo), foi deputado federal, presidente do PTB, ministro de Estado, vice-presidente da República e presidente da República. Destarte, nota-se que múltiplos estudos biográficos e históricos sobre o ex-presidente são recentes e datam de 2004 (aos quarenta anos do golpe político) e de 2006 (quando dos trinta anos de sua morte).

⁷¹ FERREIRA, Jorge. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964...**, 2003.

⁷² FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁷³ BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964.** Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EDUNB, 1978.

⁷⁴ FERREIRA, **O populismo e sua história...**, 2001.

⁷⁵ DELGADO, **O Governo João Goulart e o golpe de 1964...**, 2010.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil 1964-1984**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

AFONSO, Almino. **Raízes do golpe**: da crise da legalidade ao parlamentarismo. São Paulo: Marco Zero, 1988.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil. 1961-1964. Brasília: Editora UNB, 1978.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil. 1961-1964. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EDUNB, 1978.

BANDEIRA, Moniz. **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BANDEIRA, Moniz. **O caminho da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Melso, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Associated-Dependent**: theoretical and practical implications. in: STEPAN, Alfred (ed) **Authoritarian Brazil**. **New Haven**: Yale University, Press, 1973.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. **A Revolução de 31 de março**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Coelho Branco.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: Temporalidade e Interpretações. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ MOTTA, Rodrigo (Orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB**: Do Getulismo ao reformismo (1945-1964) São Paulo: Marco zero, 1983.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O governo João Goulart e o golpe de 1964**: memória, história e historiografia. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 28, p. 123-144, 2010.

DREIFUSS, René. **1964 - A Conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULCI, Otávio. **A UDN e o anti-populismo no Brasil.** Belo Horizonte: Ediotra da UFMG/PROED, 1986.

DULLES, John W. F. **Castello Branco.** O caminho para a presidência. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

FAUSTO, Boris. **O Período democrático.** In: História do Brasil 13ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O significado da ditadura.** in: TOLEDO, Caio Navarro (org) 1964: visões críticas do golpe –democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

FERREIRA, Jorge. Jango. **Uma biografia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história.** Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Oliveiros. **As Forças Armadas e o desafio da revolução.** Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

FICO, Carlos. **Além do Golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

FICO, Carlos. **O grande irmão.** Da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Marechal M. Poppe, **A Revolução de 1964:** Um depoimento para a história pátria. Rio de Janeiro: Apec, 1970.

GOES, Walder de. **O Brasil do General Geisel.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GUEDES, Carlos Luis. **Tinha que ser Minas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1979.

IANNI, Octávio. **O colapso do Populismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JUNIOR Caio Prado. **A Revolução Brasileira**. 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1966.

JUREMA, Abelardo. **Sexta-feira 13 - Os últimos dias do governo João Goulart**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

JUREMA, Abelardo. **Juscelino e Jango PSD e PTB**. Rio de Janeiro: Editora arte nova, 1979.

LABAKI, Amir. 1961: **A crise da renúncia e a solução parlamentarista**. São Paulo Brasiliense, 1986.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Os trabalhadores e o golpe de 1964**. Historia e luta de classe. Rio de Janeiro, 2005.

MELLO, Jaime Portella. **A Revolução e o Governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guairra Editores. 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. REIS, DANIEL Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois**. São Paulo: EDUSC, 2004.

MOURÃO FILHO, Olympio. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. Rio de Janeiro: L&PM. 1978.

PINHEIRO NETO, João. **Jango, um depoimento pessoal**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro - Os comunistas no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS, DANIEL Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois**. São Paulo: EDUSC, 2004.

SALLUM, Brasília Jr. **Labirintos: dos Generais à Nova República**. São Paulo: Hucitec.

SANFELICE, José Luis. **Movimento Estudantil, A UNE na Resistência ao Golpe de 64**. São Paulo. Cortez, 1986.

SANTOS, Francisco Rua (org). Marechal Castello Branco. **Seu pensamento militar: 1946-1964**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército. 1968.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro - Anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SILVA, Hélio. **1964 - Golpe ou Contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SOUZA, Antonio. **Nacionalismo, ideologia e política no Brasil (1953-1964)**. Rio de Janeiro. UFRJ.1993.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

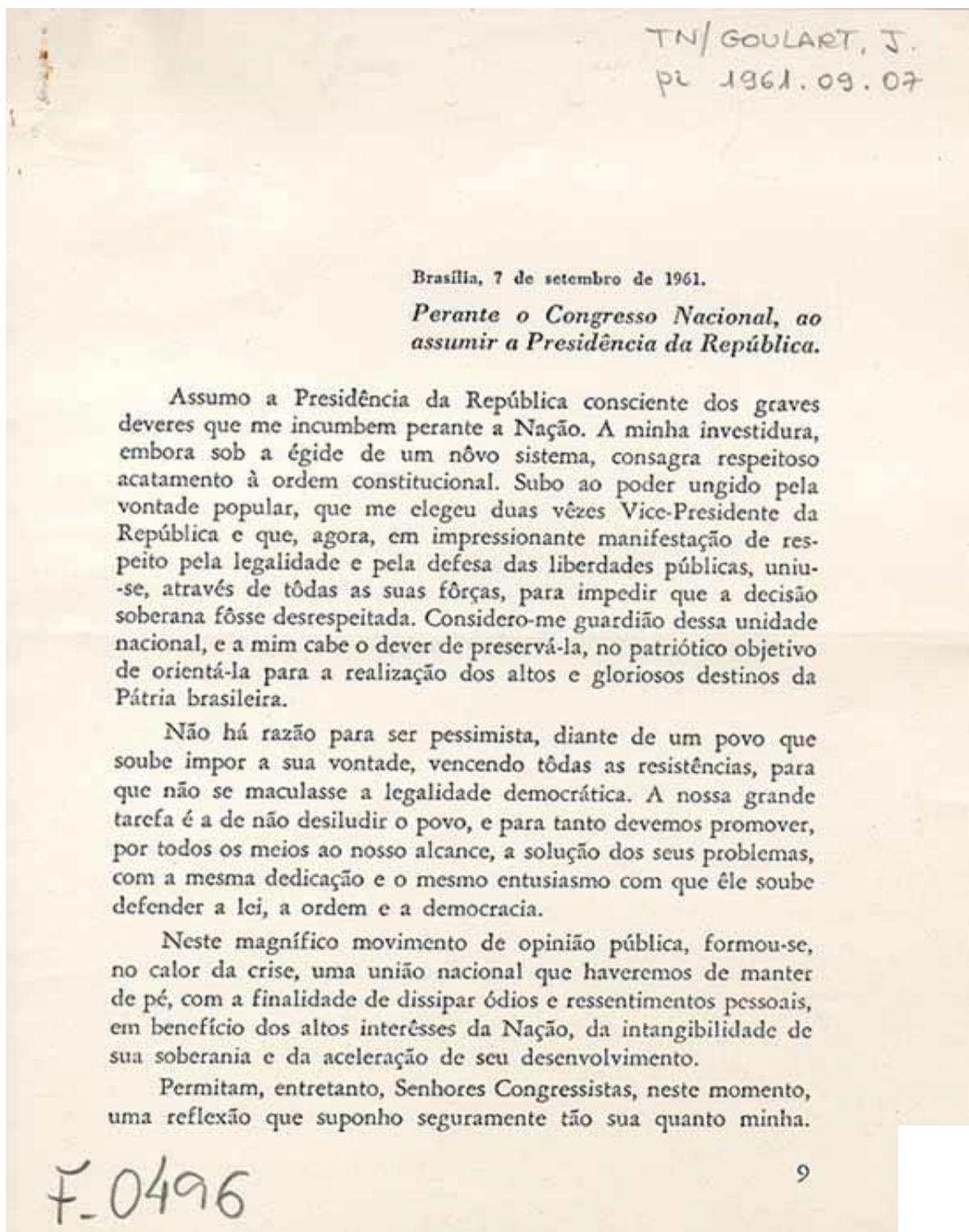
TOLEDO Caio Navarro. **O governo Goulart e o Golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TOLEDO Caio Navarro de. **1964: Visões críticas do golpe**. Campinas: UNICAMP, 1997.

VIANA, Cibilis da Rocha. **Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento de Getúlio a Jango**. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 1980.

ANEXO 1

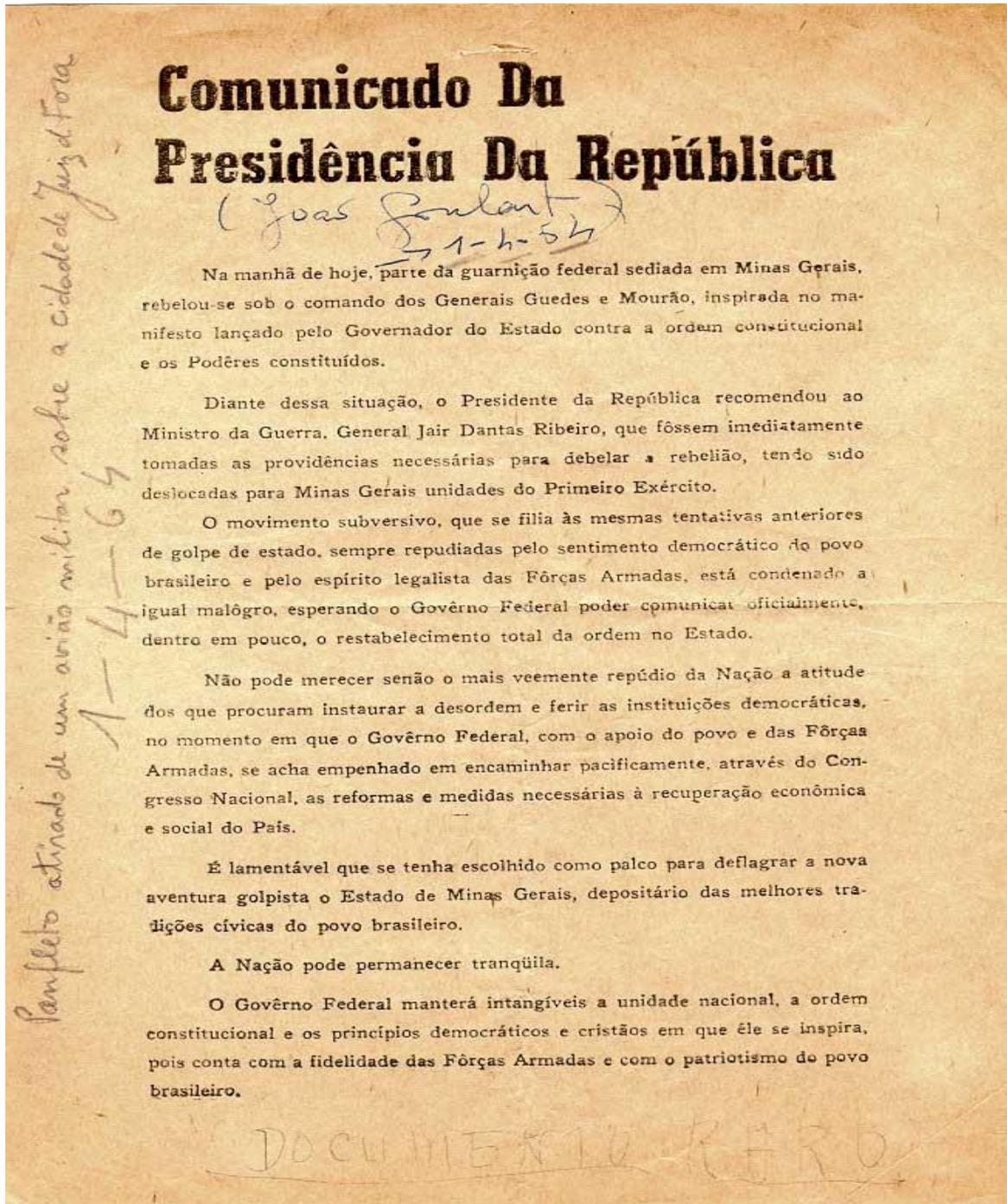
Carta documento de João Goulart sobre sua posse como Presidente.



Discurso de posse do Presidente João Goulart no Congresso Nacional no dia 07 de setembro de 1961 (CPDOC/FGV/arquivo Trancredo Neves/ TN pi Goulart, J. 1961-09-07)

ANEXO 2

Comunicado de João Goulart à população, no dia 01.04.1964, antes de deixar Brasília rumo ao Rio Grande do Sul, garantindo a manutenção da legalidade democrática e o apoio das Forças Armadas contra o levante golpista iniciado em Minas Gerais.



Fonte: (CPDOC/FGV/arquivo Ultimo de Carvalho/UC 1964-03-31-doc 2)